

Jornalismo Declaratório no *Jornal Nacional* e a disseminação de preconceitos em horário nobre de Tv

Declaratory Journalism in Jornal Nacional and the spread of prejudices during prime time TV

Clébio MELO¹

Resumo

A prática do Jornalismo Declaratório é vista com maus olhos tanto por profissionais de imprensa quanto por pesquisadores do campo do Jornalismo. Notícias produzidas com base, apenas, em falas de fontes oficiais, autoridades ou em informações de assessorias de imprensa, por exemplo, dá a sensação de descuido ético com as funções do Jornalismo na sociedade. Também podem contribuir como empecilho no processo civilizatório. Neste trabalho, de caráter ensaístico, discutimos duas situações em que o *Jornal Nacional*, da Tv Globo, fez uso dessa prática do Jornalismo Declaratório e acabou servindo de espaço de propagação da homofobia e do racismo, em certo grau. Duas declarações (uma do presidente da República Jair Bolsonaro e outra do vice Hamilton Mourão) servem de pano de fundo para um alerta: o Jornalismo precisa sair do modo automático e se olhar no espelho de vez em quando.

Palavras-chave: Jornalismo Declaratório. Jornal Nacional. Preconceitos. Homofobia. Racismo.

Abstract

The practice of Declaratory Journalism is frowned upon by both press professionals and researchers in the field of Journalism. News produced based solely on statements from official sources, authorities or information from press agencies, for example, gives the feeling of ethical carelessness with the functions of Journalism in society. They can also contribute as an obstacle in the civilizing process. In this essay, we discuss two situations in which *Jornal Nacional* (Globo Tv, Brazil), used the practice of Declaratory Journalism and ended up serving as a space for the spread of homophobia and racism, to some degree. Two statements (one by the President of the Republic Jair Bolsonaro and the other by Vice President Hamilton Mourão) serve as a background for an alert: Journalism needs to leave the automatic mode and look itself in the mirror from time to time.

Keywords: Declaratory Journalism. Jornal Nacional. Prejudices. Homophobia. Racism.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: jorclebiomelo@hotmail.com

Introdução

As eleições presidenciais dos Estados Unidos têm se tornado fonte perene para discussões no campo do Jornalismo do mundo todo, como sobre o fenômeno das *fake news* (Eleições de 2016²) e, mais recentemente, sobre a medida inédita, tomada por redes de televisão, de interromper um discurso de um presidente por acusação de mentira à nação.

Ao falar em fraude no processo eleitoral de 2020, enquanto a apuração dos votos ainda estava em andamento e indicava vitória do oponente, o então presidente Donald Trump foi tirado do ar por emissoras de tv norte-americanas e desmentido em tempo real no dia 5 de novembro. A ação midiática, aparentemente orquestrada, logo ganhou destaque na cobertura da imprensa brasileira sobre o pleito. Canais de tv abertos e fechados, emissoras de rádio e portais de notícias na internet apresentaram a situação inusitada levando-se em conta o viés do ineditismo.

No Brasil, a ação das emissoras nos EUA desencadeou discussões com posicionamentos opostos. Em vídeo, no dia seguinte à interrupção, o professor do Departamento de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), José Arbex Jr³., analisou o fato:

As emissoras se colocam numa posição, abertamente, de resistência aos ataques à democracia, o que é muito louvável, e o que a gente só espera que seja uma atitude seguida também no Brasil, quando o nosso presidente, Jair Bolsonaro, começar a elogiar a tortura, começar a dizer que Brilhante Ustra⁴ foi um grande brasileiro, quando começar a dizer que métodos autoritários de governos são métodos válidos (...). (ARBEX JR., 2020)

² Nas eleições presidenciais desse ano, Donald Trump popularizou a expressão *fake news* para tratar de informações falsas divulgadas nas redes sociais e que poderiam, também, ser abordadas pela imprensa profissional.

³ PUC ANALISA - emissoras de TV interrompem Donald Trump por falsas acusações. [S. l.: s. n.], 06 nov. 2020. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal TVPUC. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-bYdI4PpcmM&feature=emb_logo&ab_channel=TVPUC. Acesso em: 23 nov. 2020.

⁴ Carlos Alberto Brilhante Ustra foi oficial do Exército Brasileiro e chefiou órgão de repressão política durante o regime de ditadura militar no Brasil. Ele foi condenado pela justiça por tortura.

A visão contraditória que trazemos do caso norte-americano vem da editoria “Opinião”, do jornal *Folha de S. Paulo*⁵. Em artigo, o repórter especial baseado em São Paulo, Igor Gielow, expôs a preocupação para o “precedente ético” que a atitude traria como rastro. Embora tenha considerado a decisão “plenamente justificável” e “moralmente justa”, chamou-a de “medida drástica”, de “censura” e concluiu que coloca em risco a legitimação do jornalismo enquanto *gatekeeper*⁶.

Partindo dessa situação, a questão que este trabalho se propõe a discutir é quando o jornalismo deve intervir - e se deve interferir - diante de falas de autoridades que atentem contra os fundamentos do próprio jornalismo e/ou da democracia. Para tanto, usaremos como pano de fundo duas declarações proferidas por autoridades brasileiras em 2020 e amplamente repercutidas pelo noticiário nacional. Elencamos o *Jornal Nacional (JN)*, da *Tv Globo*, como meio mais adequado de onde partir para nossas reflexões. O telejornal é o mais assistido no Brasil, de acordo com os dados de audiência aferidos pela Kantar IBOPE Media⁷.

Algumas funções do Jornalismo

Os porquês do Jornalismo existir e ser relevante acompanham o caminhar da história das sociedades e da evolução tecnológica dos meios de comunicação. Ao longo do tempo, as funções do Jornalismo se alteraram/atualizam para abarcar novas necessidades, mudança de costumes, promover a civilidade, a democracia, entre tantas outras causas. No Brasil de 2020, por exemplo, à imprensa coube assumir papéis⁸ claramente de governo na coleta de dados oficiais e na elaboração de campanhas quase publicitárias de promoção da saúde coletiva da população.

⁵ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/catarse-de-tvs-americanas-contra-trump-abre-precedente-etico-complexo.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2020.

⁶ Teoria que coloca o jornalista como a pessoa que escolhe/decide que fato virará notícia e será publicado. Oriunda da psicologia, foi aplicada ao jornalismo em 1950 por David Manning White.

⁷ Ver: <https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados/>. Acesso em 24 nov. 2020.

⁸ Durante a pandemia da covid-19, veículos de comunicação formaram um consórcio para consolidar e divulgar dados do avanço da doença no país, diante de um ministério da Saúde que dificultava esse trabalho. Os veículos de comunicação também empreenderam grandes esforços para estimular o uso da máscara como prevenção à doença e desmistificar as vacinas em desenvolvimento.

Para Beltrão (1960, p. 62), as várias ações do Jornalismo teriam como horizonte uma função primordial (grifo nosso): “Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de **promover o bem comum.**”

Em vários trabalhos, Fausto Neto (2008; 2009; 2011; 2015; 2017) reflete sobre outra função do Jornalismo, qual seria a de mediar realidades e as relações entre as instituições e os atores sociais. Mas, para o autor, esse papel não seria mais exclusivo desse campo. A sociedade, cada vez mais imersa na internet, teria apreendido técnicas, códigos e linguagens do Jornalismo e estaria disputando com este, tal função mediadora.

Nesse contexto, o ofício do mediador sofreria a contaminação de novas “zonas de contatos”, uma vez que outros campos sociais instalados também na ambiência arquitetural da midiatização, se apropriariam crescentemente, do domínio e dos artefatos do ofício jornalístico. (FAUSTO NETO, 2011, p. 23)

Tratando especificamente do Jornalismo de tv, Vizeu (2009) destaca que as notícias devem ajudar a humanidade a compreender melhor o mundo e chama essa função de “pedagógica”: “O que os jornalistas fazem diariamente é ‘organizar o mundo’ [...]. Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de ‘poder mostrar’, de ‘poder dizer’ e de ‘poder analisar’” (VIZEU, 2009, p. 80).

Mas existe uma função, digamos, mais básica do Jornalismo, lembrada por Recuero (2011). E ela é social, no sentido de fazer com que toda e qualquer informação importante chegue à sociedade para que ela possa se organizar e organizar a democracia.

Apesar das funções que optamos por destacar aqui, existem muitas outras que podem ser atribuídas ao Jornalismo contemporâneo, como fiscalizar os Poderes, denunciar atentados aos direitos humanos, debater questões urgentes e, em certo nível, até mudar pensamentos e costumes coletivos (isso, visando aquele bem comum de que fala Beltrão). Muitas dessas funções se relacionam e se complementam, mas não prescindem do cuidado com a informação divulgada.

O Jornalismo Declaratório

É comum vermos em manuais de carreiras a definição do trabalho de jornalista como aquela responsável por buscar, pesquisar, investigar, analisar, transmitir informações úteis para a sociedade, entre outros verbos. Uma notícia bem trabalhada não deixa muitos espaços para questionamentos sobre os processos profissionais que a constituíram. Baseada em fatos, dados e testemunhas, auxilia as pessoas no entendimento do mundo que as cercam. Quando isso não acontece, o prejuízo tende a ser grande.

É o caso do chamado “Jornalismo Declaratório”, aquele produzido apenas com base em declarações de fontes jornalísticas ou autoridades, por exemplo. A História recente traz alguns exemplos emblemáticos dos desdobramentos desse tipo de Jornalismo. Gonçalves (2018) lembrou bem como se baseou a intensa cobertura do *impeachment* (destituição do cargo) do presidente Fernando Collor de Mello no fim de 1992.

Em 1992, Pedro Collor, irmão do então presidente, concedeu uma entrevista à revista *Veja*, na qual acusou o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César, de comandar um grande esquema de corrupção que também tinha participação do presidente. A fala do irmão de Collor bastou para que a imprensa marcasse de forma decisiva a derrocada dele da presidência do país. [...] O presidente renunciou e o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência. Em 1994, ministros do Supremo Tribunal Federal absolveram o político porque a maioria deles entendeu que, para a condenação por corrupção passiva, seria necessária a comprovação do crime cometido no exercício da função (GONÇALVES, 2018, p. 38-39)

Outro caso registrado foi o da invasão americana ao Iraque, em 2003, como consequência dos atentados terroristas de 2001 nos EUA. Na época, declarações falsas do então presidente George W. Bush sobre armas de destruição em massa convenceram à imprensa americana a apoiar o ataque. “As declarações foram repercutidas por diversos veículos de comunicação de massa. Porém, estes não conseguiram perceber que estavam sendo usados para persuadir a opinião pública a entrar em uma guerra sem motivo real.” (OLIVEIRA, 2018).

Manchetes escritas com base em citações têm se tornado muito comuns, principalmente no Jornalismo on-line. E, se o internauta for direto para as editorias de política, aí o trabalho será mais fácil ainda. Mas, isso não significa dizer que a prática, vista como um desvio do Jornalismo, não esteja presente em outros veículos e gêneros jornalísticos. Para Goulart (2006. p. 69), “neste tipo de jornalismo, cabe ao repórter apenas a tarefa de coletar as declarações das fontes, sem nenhuma preocupação se as informações são verdadeiras ou não.” Belardin e Garcia (2014, p. 5) foram mais sintéticos: “é uma prática do mau jornalismo, ou de jornalismo de má qualidade.” Di Franco (2014) sugere que essa prática no jornalismo estaria a serviço do poder:

O jornalismo de aspas, pobre e simplificador, repercute o Brasil oficial, mas oculta a verdadeira dimensão do País real. Precisamos fugir do espetáculo e fazer a opção pela informação. Só assim, com equilíbrio e didatismo, conseguiremos separar a notícia do lixo declaratório. (DI FRANCO, 2014)

A variante “tempo” também é apontada como causa pela escolha do Jornalismo Declaratório em muitas situações na cobertura da imprensa. Na pressa exigida pela velocidade com a qual circulam as informações atualmente, os jornalistas se veem tentados a optar pelo caminho mais fácil, qual seja repercutir declarações ou histórias compartilhadas pelas assessorias de imprensa (BELARDIN; GARCIA, 2014).

Quase nunca, o caminho mais fácil é o melhor. A seguir, discutiremos dois exemplos de Jornalismo Declaratório praticado pelo telejornal mais importante do Brasil, o *Jornal Nacional*, que, a nosso ver, carregam consigo nutrientes que fortalecem preconceitos na sociedade.

“País de maricas”

No dia 10 de novembro de 2020, o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro discursou numa cerimônia no Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo Federal. Embora o evento tenha sido direcionado ao setor do turismo, Bolsonaro comentou outros temas, entre eles, a pandemia da covid-19. Foi quando o termo sobre o qual trataremos aqui surgiu: “Tem que deixar de ser um país de maricas”, disse o presidente.

Na edição do supramencionado dia, o *Jornal Nacional* apresentou a declaração da autoridade. O texto que precedeu a fala, lido pela apresentadora Renata

Vasconcellos, foi o seguinte: “Hoje, num evento para empresários do setor de turismo, o presidente Bolsonaro voltou a **minimizar a gravidade da pandemia** que levou luto às famílias e amigos de mais de 160 mil brasileiros.” (grifo nosso). Em seguida, foi exibida a fala do presidente num trecho, aparentemente, contínuo (sem edição no desenvolvimento do pensamento de Jair Bolsonaro). Optamos por descrever, aqui, a totalidade desse trecho exibido pelo telejornal:

Jair Bolsonaro - *Tem que acabar com esse negócio, “pô”. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia. Aqui, todo mundo vai morrer. O Sérgio vai morrer um dia. “Né”, Serjão? [risos] Não adianta fugir disso, fugir da realidade! **Tem que deixar de ser um país de maricas!*** (grifo nosso).

O *JN* deu sequência à edição do dia, destacando outras falas do presidente brasileiro no mesmo evento, no entanto, sem relação com o trecho descrito por nós acima.

“No Brasil, não existe racismo”

Dias depois da declaração da qual falamos anteriormente, o *JN* deu destaque a outra de conteúdo também polêmico. Em 20 de novembro⁹, o vice-presidente da República comentou o assassinato de um homem negro por seguranças de um supermercado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O caso de espancamento até a morte ganhou grande repercussão na imprensa brasileira como ato de racismo e gerou protestos da população em várias cidades do país.

A fala de Hamilton Mourão foi exibida numa reportagem dedicada à reação de autoridades e de instituições ao crime. Novamente, foi a apresentadora Renata Vasconcellos quem introduziu a reportagem: “A morte de João Alberto provocou reações indignadas de autoridades e representantes de entidades da sociedade civil”, disse.

A reportagem, creditada à jornalista Cláudia Bomtempo, de Brasília, abordou a fala, objeto das nossas reflexões aqui. Foi esse o trecho de texto da repórter que antecipou a declaração do vice-presidente: “O vice-presidente, Hamilton Mourão, foi questionado sobre a morte de João Alberto.” Em seguida, a fala da autoridade foi

⁹ O dia 20 de novembro, no Brasil, é dedicado à Consciência Negra, em referência à morte de Zumbi dos Palmares, líder negro que lutou contra a escravidão.

apresentada. Descrevemos o trecho integral abaixo, em itálico, inclusive com questionamentos de repórteres não identificados:

Voz de repórter - *Nenhum comentário sobre o caso hoje, em Porto Alegre, do...?*

Hamilton Mourão - *É lamentável, “né”? Lamentável isso aí, “pô”. Isso é lamentável, “pô”. Em princípio, é segurança totalmente despreparada “pra” atividade que ele tem que fazer.*

Voz de repórter - *O senhor considera que é um caso que mostra um problema de racismo no Bra...?*

Hamilton Mourão - *“Na”... Eu sou... “Pra” mim, **no Brasil, não existe racismo**. Isso é uma coisa que querem importar aqui “pro” Brasil. Isso não existe aqui, “né”? Não é na... (grifo nosso)*

Voz de repórter - *O senhor acha que não tem racismo no Brasil?*

Hamilton Mourão - *Não. Eu digo “pra” você com toda a tranquilidade, “né”? Não tem racismo aqui.*

Voz de repórter - *O senhor não considera que foi uma violência... [inaudível]*

Hamilton Mourão - *Não. Eu digo isso “pra” vocês o seguinte: porque eu morei nos Estados Unidos, “né”? Racismo tem lá. Eu morei dois anos nos Estados Unidos... Na minha escola, que eu morei lá, o **peçoal de cor**, ele andava separado, “né”? Que eu nunca tinha visto isso aqui no Brasil. Saí do Brasil, fui morar lá... era adolescente e fiquei impressionado com isso aí. Isso, no final da década de 60 [1960], “né”? Mais ainda: o **peçoal de cor** sentava atrás do ônibus, tá, não sentava na frente do ônibus. Então, isso é racismo. Aqui, não existe isso. (grifos nossos)*

Vozes de repórteres - [inaudíveis]

Hamilton Mourão - *Aqui, o que você pode pegar e dizer é o seguinte: existe desigualdade. Isso é uma coisa que existe no nosso país. Nós temos uma brutal desigualdade aqui, fruto aí de uma série de problemas, “né”, e grande parte das pessoas, vamos colocar assim, de nível mais pobre, que tem menos acesso, “né”, aos bens e as necessidades da sociedade moderna são **gente de cor**, apesar de nós sermos uma sociedade totalmente misturada. (grifo nosso)*

A reportagem seguiu com a leitura de partes de notas oficiais de entidades que, sem citar as declarações de Hamilton Mourão, repudiaram o crime.

Discussões

O primeiro exemplo (“País de maricas”), reflete com perfeição o que os autores descrevem como Jornalismo Declaratório. A declaração da autoridade - no caso, do presidente da República Federativa do Brasil - foi exibida sem a contextualização necessária. Foi precedida pela divulgação de dados da covid-19 no Brasil, fruto da consolidação de dados das secretarias estaduais de saúde por veículos de imprensa e seguida de outra fala do presidente (que também se encaixaria como Jornalismo Declaratório) a respeito de um candidato à presidência nos Estados Unidos.

O *JN* se limitou a situar o telespectador, apenas, sobre o evento em que a fala foi proclamada. No entanto, esqueceu (vamos dizer assim) de explicar a carga de preconceito da expressão destacada por nós.

No Brasil, “maricas” é um termo usado frequentemente, de forma pejorativa, para descrever o homem afeminado. Até no dicionário essa acepção aparece com destaque, a saber: “[...] diz-se de ou indivíduo do sexo masculino que se comporta com modos femininos; efeminado.”¹⁰ “Maricas” também significa “medroso, acovardado”.

Ao não explicar isso, o *JN* joga no colo do telespectador a responsabilidade de lembrar que o autor da expressão, Jair Bolsonaro, tem antiga relação com a homofobia. Certa vez, até afirmou: “Sou homofóbico, sim, com muito orgulho”¹¹. De acordo com a Organização Não-Governamental (ONG) Grupo Gay da Bahia (GGB), referência em dados sobre violência contra LGBTs, em 2019, foram registradas 329 mortes violentas de membros desse grupo social no Brasil. O preconceito contra homossexuais e transexuais foi enquadrado como crime pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019. A Corte máxima do judiciário brasileiro entendeu que ele também se trata de racismo. Isso nos leva a discutir o segundo exemplo que trouxemos aqui.

Diferentemente do caso anterior, no segundo (“No Brasil, não existe racismo”), a declaração veio diluída numa reportagem exibida na edição do telejornal. Antes dela, entretanto, a repórter deu destaque às declarações do presidente da Fundação

¹⁰ Definição de Oxford Languages e Google. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=maricas&oq=maricas&aqs=chrome.0.69i59l2j69i60l2j69i65j69i61l2.787j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 08 jan. de 2021.

¹¹ Ver <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>. Acesso em 08 jan. de 2021.

Palmares¹², Sérgio Camargo, numa rede social digital. Sérgio é figura polêmica¹³ quando se trata de questões caras à população preta no Brasil. “Não existe racismo estrutural no Brasil”, postou na internet.

Logo em seguida, na reportagem, surgem as declarações do vice-presidente brasileiro Hamilton Mourão, transcritas anteriormente por nós. Mourão fez uso de termos como “pessoal de cor” e “gente de cor”, de uso historicamente questionável pela relação com o racismo, pelo tom excludente. A reportagem não as salientou. O vice-presidente também tem histórico com declarações repudiáveis, como a que fez quando ainda era candidato em 2018.

Após conversar com jornalistas ao desembarcar no aeroporto de Brasília, o candidato a vice na chapa de Jair Bolsonaro (PSL), general Hamilton Mourão (PRTB), deu mais uma declaração polêmica neste sábado (6), véspera do primeiro turno da eleição. Ele era aguardado no local por um dos filhos e um dos netos. Ao elogiar o jovem, Mourão afirmou que ele representava o "branqueamento [sic] da raça". "Gente, deixa eu ir lá que meus filhos estão me esperando. Meu neto é um cara bonito, viu ali. Branqueamento da raça", afirmou no fim da conversa, dando gargalhada. (TEMÓTEO, 2018)

Sobre a afirmação de não haver racismo no Brasil, o material jornalístico do *JN* deixou o contraponto para uma nota oficial relatada na sequência. A nota, atribuída à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns – Comissão Arns, usou termos como “racismo histórico estrutural” e “discriminação” e trouxe o dado sobre a taxa de homicídios da população negra no Brasil, que seria maior do que o da população branca¹⁴. Outras notas de entidades também trataram o fato como racismo. A edição do *Jornal Nacional* seguiu abordando protestos contra o racismo em cidades brasileiras.

O “não-dito” do *JN* rompe com algumas responsabilidades do Jornalismo. Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o profissional deve “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (FENAJ, 2007, p. 1). Consideramos

¹² Fundação federal dedicada à promoção da afro-brasilidade, termo, inclusive, questionado por Sérgio Camargo.

¹³ Ver: <https://veja.abril.com.br/podcast/sergio-camargo-polemicas-sem-freios-na-fundacao-palmares/>. Acesso em 09 jan. de 2021.

¹⁴ Esses trechos foram os destacados na reportagem do *JN*.

“opressão” uma palavra que descreve bem a situação da população negra no país. A falta dessa oposição clara, bem marcada, do Jornalismo contra declarações do nível das quais trouxemos neste trabalho, também contraria o compromisso do Jornalismo com a verdade. Ou não são reais a homofobia e o racismo no Brasil?

O contraponto às declarações poderia ter vindo de várias maneiras, como por meio de editorial, de nota informativa, de reportagem de oposição, entre outras. Ao contrário, o Jornalismo do *JN* pareceu ter se tornado insensível diante de feridas sociais tão dolorosas.

Considerações finais

A inconsequente prática do Jornalismo Declaratório na imprensa deve ser observada de forma mais atenta pelos estudiosos desse campo de conhecimento, mas, sobretudo, por quem atua na imprensa ou com Jornalismo enquanto profissão, de alguma forma. Os dois exemplos que trouxemos aqui não são suficientes para abarcar toda sorte de prejuízos sociais que esse mau Jornalismo gera. Ainda assim, são suficientemente impactantes para despertar nosso desprezo.

Ao divulgar falas polêmicas como as que abordamos aqui, vindas de autoridades tão importantes na hierarquia do Poder, o *Jornal Nacional* não ajuda o debate público saudável. Pelo contrário: reproduz preconceitos para milhões de telespectadores, uma massa heterogênea que tem o telejornal como referência de bom jornalismo e de credibilidade.

A nosso ver, as declarações de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão não foram publicizadas pelo *JN* com o intuito de promover homofobia e racismo, respectivamente. Toda a roupagem da exibição (tom de voz, expressões faciais, ritmo da leitura, trechos das declarações, ordenamento das notícias daquelas edições etc.) nos leva a crer que o *JN* pretendia causar impacto, apenas, pelo teor reprovável (usando eufemismo aqui) das falas.

O jornalismo no Brasil cultivou o péssimo hábito de não se olhar no espelho. Seus operadores não costumam discuti-lo diante do público e, nas raras vezes que o fazem, desembocam na superficialidade de que tanto são vítimas nas críticas que recebem. Sair do modo automático seria perceber que o público pode não captar a

intenção com tanta facilidade quanto se supõe e que seguir apostando nisso pode naturalizar a segregação que tanto fere brasileiros e brasileiras.

Declarações fazem parte do Jornalismo. Mas, se usadas complementarmente a informações, fatos, dados, investigações que as sustentem. Fora disso, serão fruto, somente, da preguiça profissional e da sede pela geração de polêmicas sobretudo, longe da promoção de debates qualificados tão necessários à sociedade.

Referências

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Livraria Agir Editora: Rio de Janeiro, 1960.

FAUSTO NETO, Antônio. **Ombudman: a interrupção de uma fala transversal**. Intexto, n. 19, p. 47-62, 2008.

FAUSTO NETO, Antônio. **Jornalismo, mediações e redes: a circulação como objeto emergente**. João Pessoa, Brasil. Revista Latino-americana de Jornalismo. Ano, v. 4, p. 42-56, 2017.

FAUSTO NETO, Antônio. **Transformações do jornalismo na sociedade em vias de midiaticização**. Interfaces jornalísticas: ambientes, tecnologias e linguagens, p. 17-33, 2011.

FAUSTO NETO, Antônio. **Jornalismo: sensibilidade e complexidade**. Galáxia, n. 18, p. 17-30, 2009.

FAUSTO NETO, Antônio. **Epistemologias nos processos formativos de jornalistas no contexto da sociedade em midiaticização**. Questões Transversais, v. 3, n. 5, 2015.

VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica**. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, n. 40, p. 77-83, 2009.

RECUERO, Raquel. **Deu no twitter, alguém confirma? funções do jornalismo na era das redes sociais**. In: Anais do congresso da SBPJor. Rio de Janeiro. 2011.

GONÇALVES, Eveline Regina et al. **Telejornalismo na cibercultura: a incidência do jornalismo declaratório nas TVs de Campina Grande e sua operacionalidade através do WhatsApp**. 2018.

GOULART, Jefferson O. **Mídia e democracia**. Annablume, 2006.

BELARDIN, Ariane Altarugio; GARCIA, Wanderley F. **Jornalismo investigativo e declaratório sobre a escolha do estádio paulista para 2014**. Intercom, São Paulo, 2014.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Jornalismo é contraponto**. Instituto Millenium, 2014. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/jornalismo-contraponto/>. Acesso

em 08 jan. de 2021.

TEMÓTEO, Antonio. **General Mourão cita "branqueamento da raça" ao falar que seu neto é bonito.** Uol. Brasília, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/06/mourao-cita-branqueamento-da-raca-ao-falar-que-seu-neto-e-bonito.htm>. Acesso em: 10 jan. de 2021.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** Vitória, 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf . Acesso em: 09 jan. de 2021

Jornal Nacional, íntegra 10/11/2020. Globoplay, 2020. Disponível em ><https://globoplay.globo.com/v/9013676/programa/?s=20m22s>> Acesso em: 26 nov. de 2020.

Jornal Nacional, íntegra 20/11/2020. Globoplay, 2020. Disponível em ><https://globoplay.globo.com/v/9041102/programa/>> Acesso em: 26 nov. de 2020.